

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 7.419, DE 2010

Autoriza o Poder Executivo a criar campus do Instituto Federal do Pará no Município de São Miguel do Guamá - PA

Autor: Senado Federal

Relator: Deputado Paulo Rocha

I - RELATÓRIO

Vem a esta Câmara dos Deputados, para a revisão prevista no art. 65 da Constituição, o projeto de lei em epígrafe, que autoriza a criação de *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (Instituto Federal do Pará), a ser localizado no Município de São Miguel do Guamá. Para tanto, o Poder Executivo poderá, de acordo com o art. 2º do projeto: (i) criar os cargos de direção e as funções gratificadas necessárias ao funcionamento do *campus*; (ii) dispor sobre a organização, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e dos cargos, suas especificações e funções, bem como sobre o processo de implantação e de funcionamento do *campus*; (iii) lotar no *campus* os servidores que se fizerem necessários ao seu funcionamento, mediante a criação de cargos e a transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Distribuído a esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, para apreciação quanto ao mérito, o Projeto de Lei nº 7.419, de 2010, não foi objeto de qualquer emenda no prazo regimental já cumprido com essa finalidade.

II - VOTO DO RELATOR

Após décadas de estagnação, o número de estabelecimentos federais de educação profissional, científica e tecnológica voltou a crescer nos últimos anos, em resposta à crescente demanda por ensino técnico público e gratuito. As novas instituições têm orientado seus cursos para atender às necessidades específicas das regiões onde são instaladas, gerando apreciável efeito positivo sobre o nível de emprego na economia local.

Após a edição da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a expansão da rede federal de ensino profissionalizante passou a ocorrer mediante a implantação de novos *campi* de Institutos Federais de Ensino, resultantes esses da consolidação, determinada por aquela Lei, de entidades educacionais federais até então atuantes em uma mesma região. O projeto de lei sob parecer já vem ajustado a esse novo ordenamento institucional, prevendo a instalação de *campus* do Instituto Federal do Pará no Município de São Miguel do Guamá, naquele Estado. Como bem ressaltou o Senador Flexa Ribeiro, na justificação do projeto, o Município tem especial carência de quadros técnicos para atender o setor oleiro-cerâmico, que poderia ser suprida a partir da instalação do pretendido *campus*.

Ante o exposto, não paira qualquer dúvida quanto ao mérito da proposição, único aspecto a ser levado em conta no parecer deste colegiado. Voto, por conseguinte, pela aprovação, na íntegra, do Projeto de Lei nº 7.419, de 2010.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado Paulo Rocha
Relator